

Relatório Mensal- JULHO 2016



JULHO 2016

2

Mesa Diretora

Antonio Donato

Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

Milton Leite

1º Vice Presidente

Edir Sales

2º Vice Presidente

Adolfo Quintas

1º Secretário

Adilson Amadeu

2º Secretário

George Hato

1º Suplente

Eduardo Tuma

2º Suplente

Dalton Silvano

Corregedor geral

OUVIDORIA

João Cláudio Silva de Quintal

Ouvidor do Parlamento

Wilson Roberto Thomazini

Ouvidor Adjunto do Parlamento

Equipe Técnica

Daiane Fernandes do Vale

Eliete Andreoli Padovani

Fátima Fungaro

Ronaldo Prado Farias

Wilson Roberto Santos

Estagiários

Alan Gabriel Teixeira (Gestão de Políticas Públicas)

Caroline Alves Trindade (Serviço Social)

Cintia Kelly Sena da Silva (Psicologia)

Fernanda da Silva Santos (Jornalismo)

Jéssica Pereira dos Santos (Direito)

Jessica Barbagallo Camara (Serviço Social)

Juliana Aparecida Bispo Inácio (Psicologia)

Luis Phelipe Silva Lopes (Direito)

Lucas Brito dos Santos (Direito)

Mayara de Oliveira Brito (Jornalismo)

Maiara Santos de Oliveira (Serviço Social)

Rodolfo Coimbra Luciano (Direito)

Sumário

1. Apresentação.....	5
2. Relatório.....	6
2.1 Demandas do Mês.....	6
2.2 Informações Gerais.....	7
3. Protocolos Pendentes.....	9
4. Lei de Acesso à Informação (LAI).....	12
5. Dados abertos e sua inerência à transparência Pública.....	12
6. O papel da Ouvidoria do Parlamento na implementação da LAI.	14

1. *Apresentação*

O presente relatório é o resultado do trabalho realizado pela Ouvidoria do Parlamento no que tange ao cumprimento da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, **Lei de Acesso à Informação (LAI)**. É norteado pelo princípio da publicidade garantido no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Busca também cumprir os requisitos do Programa de Dados Abertos instituído pelo Ato Legislativo nº 1.156/2011 da Câmara Municipal de São Paulo e regulamentado pelo Ato da Mesa Diretora Nº 1.231/13.

Por meio da Ouvidoria Parlamentar e em conformidade com o Ato da Mesa Diretora Nº 1231/13, a Câmara Municipal de São Paulo **PUBLICA O RELATÓRIO MENSAL DE JULHO DE 2016**, o qual disponibiliza informações relativas às tratativas das demandas do mês citado, recepcionadas no Sistema de Informação ao Cidadão e no Sistema de Atendimento da própria Ouvidoria Parlamentar.

A Ouvidoria é, assim, a porta de entrada para as solicitações relativas à LAI, assumindo também o gerenciamento dessas demandas e as tratativas no seu fluxo de atendimento. Para tanto busca criar ferramentas que possam dar maior agilidade ao atendimento das demandas que chegam ao Parlamento. A ferramenta para solicitar informações está no Portal da CMSP. Por este Portal o cidadão pode tirar suas dúvidas sobre a implementação da LAI no Poder Legislativo, assim como requisitar dados.

2. Relatório

No período de **JULHO** de 2016, compreendido entre 01/07/2016 e 29/07/2016, foi registrado na Ouvidoria da Câmara Municipal de São Paulo o total de **13 (TREZE)** demandas relacionadas à Lei de Acesso à Informação. No mês de JULHO não houve solicitações passíveis de **CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA**, em conformidade com o artigo 23 da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 e com o Ato da Mesa Diretora nº 1.231/2013 da Câmara Municipal de São Paulo.

2.1 Demandas do Mês

Em **JULHO** constatou-se a existência de demandas de origens legislativa e administrativa da Casa.

Quadro 1. Assuntos relevantes do mês de JULHO de 2016 – LAI

- ✓ Solicitação do número de vereadoras já eleitas na Cidade de São Paulo.
- ✓ Solicitação acerca de Legislação Municipal regulamentada para autorização no uso de cães (terapia) dentro de unidades de saúde do município.
- ✓ Solicitação dos Projetos de Lei apresentados com temática religiosa durante o atual mandato.
- ✓ Solicitação da ata da Comissão de Política Urbana, Metropolitana, Meio Ambiente – referente à análise e ao parecer do Projeto de lei 96/2016.
- ✓ Solicita acesso às sugestões populares e respectivo parecer, assim como emendas parlamentares e respectivo parecer e votação em Plenário da LDO 2017.
- ✓ Solicita acesso às notas taquigráficas das audiências públicas realizadas pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente no âmbito da discussão do PL nº 723/2015 (Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí).
- ✓ Solicitação do número de propostas e PLs que já foram apresentados na CCJLP (desde a época da criação da CLP) por iniciativa da Sociedade Civil, por cidadãos individualmente, por meio de abaixo-assinado.
- ✓ Solicitação de lista com todos os Projetos de Lei aprovados pela

Viaduto Jacareí, 100 - Bela Vista - São Paulo - SP

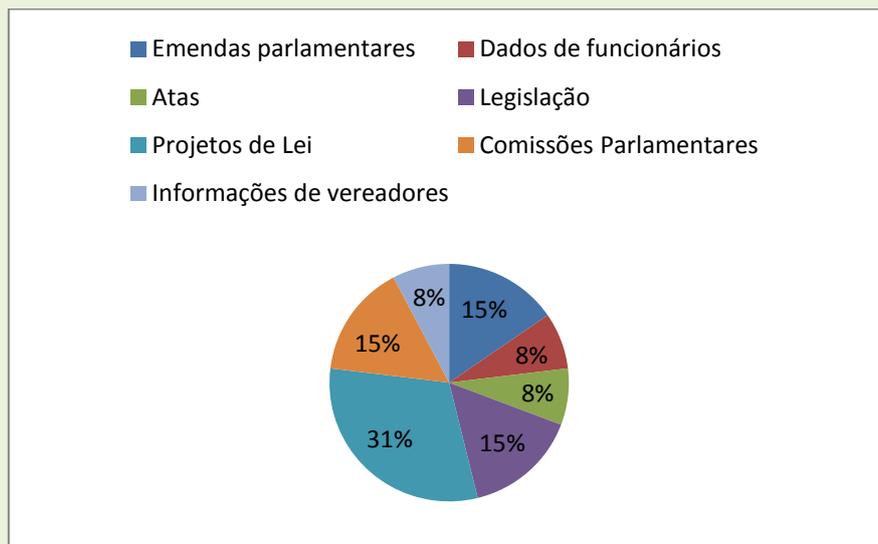
CEP 01319-900 - Telefone (PABX): 3396-4000/ Ouvidoria: 08003226272

<http://www.camara.sp.gov.br>

CMSP desde 1948 até os dias de hoje, apresentando o conteúdo e respectivos autores da Lei.

- ✓ Solicita os nomes dos parlamentares que compuseram a Frente Parlamentar para a aprovação do Projeto de Resolução nº 2 de 2009.
- ✓ Solicitação de acesso à certificação das atividades acadêmicas realizadas no período de 24 de fevereiro de 2015 a 04 de março de 2016.
- ✓ Solicita acesso às emendas, emendas aditivas e substitutivos de autoria de vereadores aprovadas e sancionadas em projetos de autoria do Executivo de 01/01/2013 a 31/05/2016.
- ✓ Solicitação de cópia da última conta do Governo Municipal julgada pela CMSP.
- ✓ Solicita informações acerca das alterações feitas pela Lei nº 16.526/2016.

Gráfico 1. Diversidade de assuntos das demandas de **JULHO**.



2.2 Informações Gerais

No banco de dados do SIC – Serviço de Informação ao Cidadão, gerenciado pela Ouvidoria, constatou-se a existência das seguintes informações gerais sobre as demandas do mês de **JULHO**:

Tabela 1. SIC - Tipo de atendimento



SIC – tipo de atendimento	JULHO 2016
Presencial	2
Telefone	1
E-mail	5
Formulário Portal	5
Carta	0
Total	13

Gráfico 2. SIC - Tipo de atendimento por gênero – JULHO

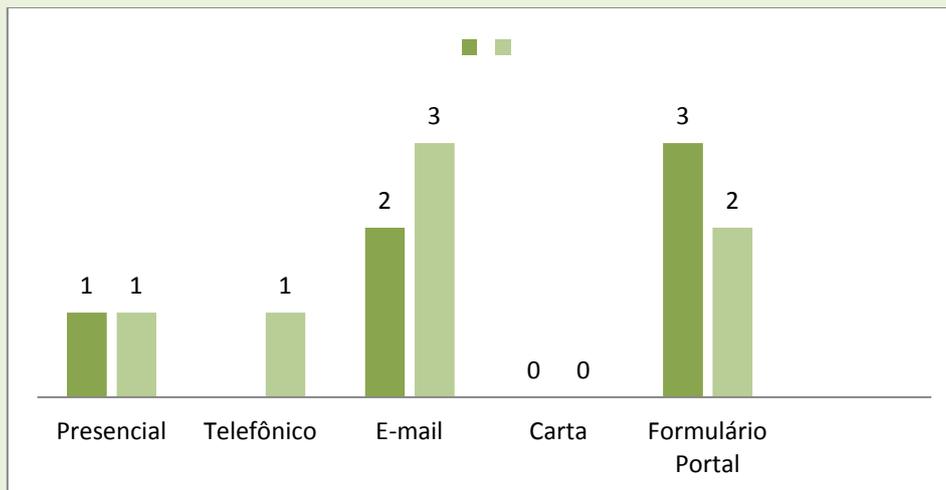
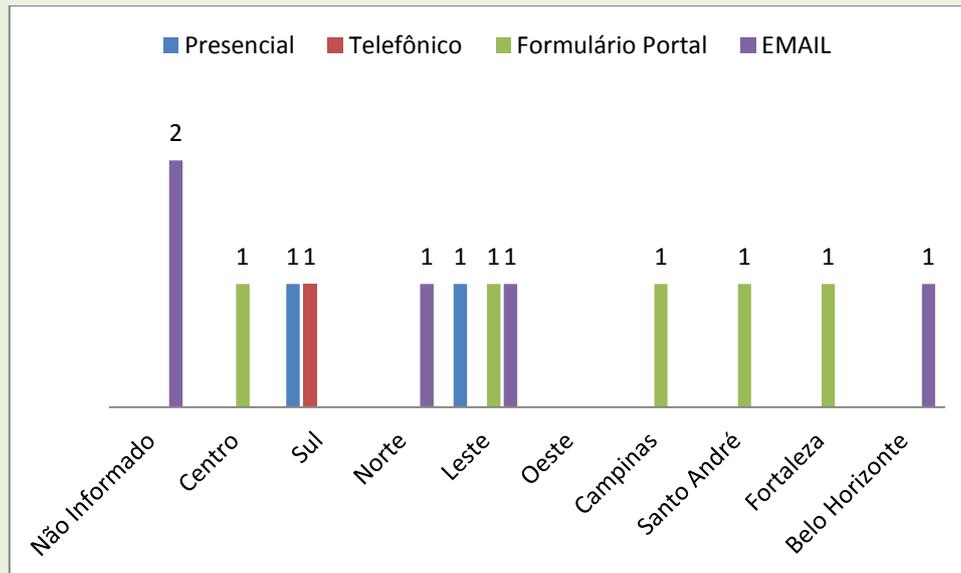


Gráfico 3. Modalidade de atendimento por região – JULHO



3. Protocolos Pendentes

A LAI estabelece 20 dias como prazo máximo (com mais 10 prorrogáveis) para o atendimento das solicitações dos cidadãos, prazo que a Ouvidoria em parceria com os demais setores da Casa, busca cumprir rigorosamente. As **ONZE** demandas pendentes de **JULHO** estão em análise dos setores competentes.

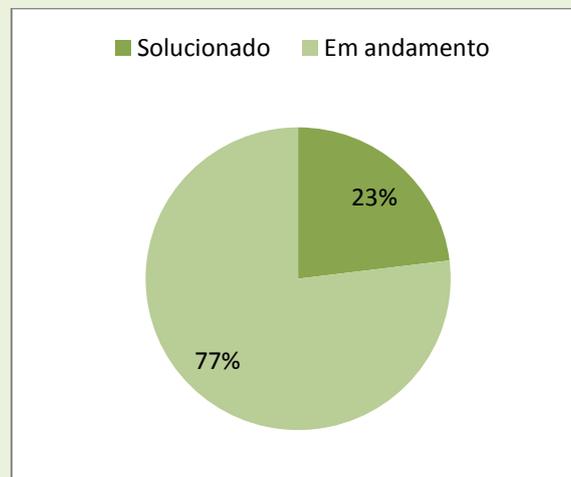
Tabela 2. Protocolos Pendentes até 29-07-2016

Protocolo	Assunto	Data	Data do encaminhamento para o setor	Período em aberto
11887	Emendas Orçamentárias	15/06/2016	15/06/2016	44 dias
12070	Projeto de Lei nome de rua	20/06/2016	20/06/2016	39 dias
12095	Dados Assessoria PM	20/06/2016	20/06/2016	39 dias

12152	Projetos de Lei	21/06/2016	21/06/2016	38 dias
12273	Audiência Publica	24/06/2016	24/06/2016	35 dias
12308	Comissões	24/06/2016	24/06/2016	35 dias
12314	Legislação	27/06/2016	27/06/2016	32 dias
12316	Audiência Publica	27/06/2016	27/06/2016	32 dias
12317	Audiência Publica	27/06/2016	27/06/2016	32 dias
12318	Audiência Publica	27/06/2016	27/06/2016	32 dias
12319	Audiência Publica	27/06/2016	27/06/2016	32 dias
12320	Audiência Publica	27/06/2016	27/06/2016	32 dias
12321	Audiência Publica	27/06/2016	27/06/2016	32 dias
12322	Audiência Publica	27/06/2016	27/06/2016	32 dias
12323	Audiência Publica	27/06/2016	27/06/2016	32 dias
12324	Audiência Publica	27/06/2016	27/06/2016	32 dias
12325	Audiência Publica	27/06/2016	27/06/2016	32 dias
12333	Audiência Publica	27/06/2016	27/06/2016	32 dias
12334	Audiência Publica	27/06/2016	27/06/2016	32 dias
12335	Audiência Publica	27/06/2016	27/06/2016	32 dias
12337	Audiência Publica	27/06/2016	27/06/2016	32 dias
12339	Audiência Publica	27/06/2016	27/06/2016	32 dias
12392	Projeto de Lei	28/06/2016	28/06/2016	31 dias
12445	Eventos religiosos - CMSP	29/06/2016	29/06/2016	30 dias
12552	Vereadoras	04/07/2016	04/07/2016	25 dias

12065	Projeto de lei	05/07/2016	05/07/2016	24 dias
12598	Projetode lei	05/07/2016	05/07/2016	24 dias
12636	Ata	06/07/2016	06/07/2016	23 dias
12638	Emendas	06/07/2016	06/07/2016	23 dias
12928	Projetos de lei	14/07/2016	14/07/2016	11 dias
13001	Projeto de lei	18/07/2016	18/07/2016	11 dias
13006	Projeto de lei	18/07/2016	18/07/2016	11 dias
13061	Comissões	19/07/2016	19/07/2016	10 dias
13099	Comissões	20/07/2016	20/07/2016	9 dias
13313	Legislação	27/07/2016	27/07/2016	2 dias

Gráfico 4. Situação dos protocolos de **JULHO**



João Cláudio Silva de Quintal

Ouvidoria do Parlamento, 29 de julho de 2016.

4. Lei de Acesso à Informação (LAI)

Sancionada em novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI) obriga Municípios, Estados e União a tornarem público seus dados, admitindo o sigilo apenas como exceção. Com isso, ficou estabelecido que os órgãos públicos dos três poderes e das diferentes esferas governamentais, assim como órgãos da administração indireta e organizações que recebam dinheiro público, têm a obrigação de divulgar integralmente as informações de interesse público pela internet, cumprindo o princípio da transparência ativa.

Ao mesmo tempo em que prevê que os gestores publiquem seus dados de forma a facilitar o acesso a tais informações por parte da sociedade civil, a LAI criou mecanismos de transparência passiva, facultando a todo cidadão a solicitação de dados adicionais. Nesses casos, o prazo máximo estipulado pela LAI para que o cidadão obtenha a resposta desejada – ou para que o mesmo seja instruído a respeito da forma como poderá obtê-la – é de 20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias. A Lei garante ainda ao cidadão recursos em 1ª e 2ª instância.

A Câmara Municipal de São Paulo é pioneira entre as Casas Legislativas do País na implementação de uma política de transparência. O Portal da Transparência do Legislativo paulistano oferece amplo acesso a documentos sobre contratos, despesas e atividades parlamentares, assim como a possibilidade dos cidadãos requisitarem informações adicionais que não estejam sob sigilo.

Dessa forma, o interessado pode solicitar ao Parlamento toda informação que esteja sujeita a publicidade como: informações produzidas ou acumuladas por órgãos e entidades públicas; informações produzidas ou mantidas por pessoas físicas ou privadas que possuam vínculos com órgãos e entidades públicas; informações sobre atividades de órgãos e entidades, inclusive suas políticas organizacionais e serviços; informações pertinentes ao

patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitações e contratos administrativos; informações sobre políticas públicas, inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas.

O Ato legislativo nº 1.156/11 da mesa da CMSP dispõe sobre os padrões técnicos do formato aberto em que os dados devem ser entregues, segundo as definições adotadas pela Open Knowledge Foundation e pelo Consórcio W3C (World Wide Web Consortium, fundado por Tim Bernes Lee em 1994, que desenvolve recomendações para a produção de informação via web), instituições que são referências internacionais em dados abertos.

5. Dados abertos e sua inerência à transparência pública.

Falar de dados abertos tem se tornado cada vez mais comum no que tange à promoção da transparência pública, seja ela passiva ou ativa, pois para que haja a efetivação do controle social é preciso que se divulguem as formas pelas quais a sociedade pode exercer tal controle. Ter acesso à informação é, assim, uma das condições básicas para se exercer o controle social. Segundo a Constituição Federal, todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Sendo assim, o Programa de Dados Abertos, instituído pelo Ato Legislativo nº 1.156/2011 da CMSP vem ao encontro da implementação da LAI ao determinar que os dados apareçam de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, além de estipular formatos abertos e que facilitem a análise. Os metadados (úteis para identificar, localizar, compreender e gerenciar os dados) também devem estar disponíveis, assumindo, assim, a CMSP a responsabilidade de garantir o princípio da publicidade das informações de interesse público, entregando aos cidadãos dados em formatos abertos.

6. O papel da Ouvidoria do Parlamento na implementação da LAI.

A Câmara Municipal de São Paulo instituiu, por meio da Lei 15.507/11, a Ouvidoria do Parlamento, com a missão de ser o canal de comunicação permanente e universal entre o cidadão e a Casa. Colocada a serviço do interesse público, a Ouvidoria colabora para a transparência das ações e para a formação de uma cultura que respeite os direitos humanos, promova a cidadania e a democracia.

Por meio da Ouvidoria as pessoas podem se manifestar, ajudando a manter o que está dando certo e sugestionando o que pode ser melhorado e aprimorado. Dessa forma, a Ouvidoria foi escolhida pela Casa para gerenciar o SIC-Serviço de Informação ao Cidadão, garantindo a qualquer interessado o acesso às informações, conforme o Artigo 5º do Ato da Mesa Diretora nº 1.231/13 da Mesa da Câmara Municipal de São Paulo.

Conseqüentemente, em conformidade com o § 1º e § 2º do Artigo 30 da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, fica à disposição da sociedade a consulta pública dos dados na sede do Legislativo paulistano por meio da Ouvidoria do Parlamento.